REQUERIMENTO

(Do Sr. Onyx Lorenzoni)

Requer a realização de Conferências em até 5 (cinco) Estados da Federação para discutir a Reforma da Previdência Social - PEC nº 40-A, de 2003.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 24, inciso XIII, do Regimento Interno e no Ato da Mesa nº 125, de 2002, a realização de Conferências nas Sedes das Assembléias Legislativas de até 5 (cinco) Estados da Federação, a serem definidas por esta Comissão, para discutir com autoridades, Servidores Públicos e população dessas unidades a Reforma da Previdência Social proposta pelo Governo Federal – PEC nº 40-A, de 2003.

Justificação

Os debates sobre a Reforma da Previdência Social, nesta nova fase, agora na Comissão Especial, onde passa-se a apreciar o mérito da PEC 40/03, deve ser estendido ao conjunto da população, onde esta, uma vez estimulada a opinar acerca dos fundamentos das mudanças previdenciárias defendidas pelo Governo Federal, possa, dentro dos princípios democráticos que regem a sociedade, ser ouvida pelos membros desta Comissão.

O Artigo 45 da Constituição Federal retrata bem essa necessidade:

“Art. 45. A Câmara dos Deputados **compõe-se de representantes do povo, eleitos**, pelo sistema proporcional, **em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.**” (grifo nosso).

Assim, é patente a necessidade de transferir algumas das reuniões desta Comissão para junto dos Estados, haja vista a impossibilidade de os Servidores Públicos, autoridades e população em geral daqueles Estados e seus Municípios se deslocarem para Brasília e poderem contribuir, efetivamente, para tema de tão alta relevância no cenário nacional.

A legalidade da ação proposta encontra guarida no Ato da Mesa nº 38, de 1979, alterado pelo Ato da Mesa nº 125, de 2002, Anexo I, onde destaco um trecho da justificativa desse último, que vem ao encontro do objeto do Requerimento ora apresentado:

“A atualização fundamenta-se nas inovações estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, em especial no papel conferido às Comissões da Câmara dos Deputados. A Partir de então, as Comissões passaram a ser detentoras de poder conclusivo em diversas matérias, disciplinadas no Regimento Interno, de 1989. Com essa ampliação de autonomia, as Comissões, eventualmente, deparam-se com a necessidade de discutir assuntos de suas áreas temáticas em seminários e eventos similares, fora das dependências do edifício da Câmara.”

Sala das Sessões, de junho de 2003.

Deputado **ONYX LORENZONI**
(PFL – RS)

ANEXO I

Ato da Mesa nº 125, de 2002

Câmara dos Deputados

Altera as normas relativas à participação das Comissões em conferências e similares.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:

Art. 1º. O Artigo 1º do Ato da Mesa nº 38, de 1979, acrescido dos §§ 1º e 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

" **Art. 1º.** A participação de Comissão em conferências, exposições, palestras, seminários, simpósios, mesas-redondas, encontros, painéis ou encontros afins, como promotora ou convidada, fora do edifício sede, depende de autorização prévia e expressa do Presidente da Câmara dos Deputados.

§ 1º Dependerá de aprovação prévia, pelo Plenário da Comissão, o encaminhamento, à Presidência da Câmara dos Deputados, de pedido para participação nos eventos constantes do caput deste artigo.

§ 2º A participação poderá ser autorizada com ou sem ônus para a Câmara dos Deputados, a critério do Presidente da Câmara dos Deputados. "

Art. 2º. O Artigo 5º do Ato da Mesa nº 38, de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

" **Art. 5º.** Para auxiliar os trabalhos, poderão ser designados servidores dos quadros da Câmara dos Deputados, sendo o afastamento considerado serviço externo. "

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Em 27/06/2002 - Deputado AÉCIO NEVES, Presidente.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Ato tem por finalidade atualizar o Ato da Mesa nº 38, de 1979, que dispõe sobre a participação das Comissões em conferências e similares, fora do edifício da Câmara dos Deputados.

A atualização fundamenta-se nas inovações estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, em especial no papel conferido às Comissões da Câmara dos Deputados. A Partir de então, as Comissões passaram a ser detentoras de poder conclusivo em diversas matérias, disciplinadas no Regimento Interno, de 1989. Com essa ampliação de autonomia, as Comissões, eventualmente, deparam-se com a necessidade de discutir assuntos de suas áreas temáticas em seminários e eventos similares, fora das dependências do edifício da Câmara.

Cabe ressaltar, ainda, a nova postura adotada pela Câmara dos Deputados, empenhada em buscar mais proximidade com o cidadão e com as conjunturas regionais. A presente alteração normativa possibilitará que as Comissões promovam eventos ou participem de discussões fundamentais ao exercício de suas atribuições.